

# MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS)

PROCESSO SELETIVO

TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR

## Nível V

## Área de Atuação 5

GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E CUSTOS

# CADERNO DE PROVAS – PARTE II

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### ATENÇÃO!

- » Leia atentamente as instruções constantes na capa da Parte I do seu caderno de provas.
- » Nesta parte do seu caderno de provas, que contém os itens relativos à prova objetiva de **Conhecimentos Específicos**, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima e o seu nome no rodapé de cada página numerada deste caderno. Em seguida, verifique o nível, o número e o nome de sua área de atuação transcritos acima e no rodapé de cada página numerada desta parte do caderno de provas.

#### AGENDA (datas prováveis)

- I **18/11/2008**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br).
- II **19 e 20/11/2008** – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III **9/12/2008** – Resultado final das provas objetivas, convocação para a avaliação curricular de títulos e experiência profissional e convocação para perícia médica: Diário Oficial da União e Internet.
- IV **10 e 11/12/2008** – Entrega da documentação para a avaliação curricular de títulos e experiência profissional: em locais e horários a serem divulgados na respectiva convocação.

#### OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 12 do Edital n.º 3 - MS – PS, de 8/9/2008.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet – [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br).
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens de **51 a 120** se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Com relação à administração financeira pública, julgue os itens a seguir.

- 51** Segundo o princípio da capacidade de pagamento, as pessoas devem contribuir no financiamento dos gastos públicos com base em indicadores capazes de refletir seus fluxos e estoques de riqueza. Nesse sentido, destacam-se como referências a renda, o patrimônio e o consumo.
- 52** A resposta da demanda por bens públicos a uma variação da renda pessoal pode ser traduzida pela elasticidade-renda dessa demanda. Nas situações em que ela é superior à da demanda por bens privados, à medida que a renda cresce, as preferências se deslocam na direção dos bens privados.

Tomando por base os sistemas de contas adotados na contabilidade pública, julgue o item abaixo.

- 53** Nas variações patrimoniais independentes da execução orçamentária, não há movimentação financeira. As contas correspondentes têm movimentação autônoma e se enquadram tanto entre as de variações ativas como entre as de variações passivas.

Acerca do inventário de bens patrimoniais no âmbito da administração pública, julgue o item seguinte.

- 54** Os bens móveis, ainda que permanentes, poderão ser simplesmente relacionados e, portanto, dispensados de tombamento, quando de pequeno valor, mas estarão, assim mesmo, sujeitos a controle simplificado.

Com referência às demonstrações contábeis exigidas pela Lei n.º 4.320/1964, julgue os itens que se seguem.

- 55** Considerando que o quociente da dívida consolidada líquida pela receita corrente líquida da União, no presente exercício, seja, aproximadamente, 2, isso significa que, mantidos os atuais patamares da dívida e da receita, seria possível, teoricamente, resgatar, a cada semestre, a metade da dívida.
- 56** Caso o balanço orçamentário de um ente público apresente *deficit* corrente de R\$ 650.000,00 e *deficit* total de R\$ 150.000,00, este igual às despesas de capital, as receitas de capital desse ente equivalerão a R\$ 500.000,00.

Com base nos conceitos e na legislação sobre auditoria no setor público, julgue os itens a seguir.

- 57** A avaliação da efetividade dos controles internos de um órgão ou entidade visa permitir que o auditor se certifique de que as operações e os registros se processam de acordo com o que tiver sido previamente estabelecido.
- 58** Um relatório de auditoria deve conter uma avaliação qualitativa que evidencie conformidade ou não-conformidade. No caso de irregularidade, há descumprimento de norma ou lei, de que resulta prejuízo quantificável e(ou) configuração de dolo. Um exemplo típico disso é a falta de publicação do extrato de um contrato entre a administração e particular ou o atraso desse procedimento.
- 59** O planejamento das atividades de auditoria interna das entidades da administração indireta do Poder Executivo Federal será consignado no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT).

A respeito dos princípios orçamentários, julgue o próximo item.

- 60** O detalhamento da programação orçamentária, em consonância com o princípio da especialização, deve permitir a discriminação até onde seja necessário para o controle operacional e contábil e, ao mesmo tempo, suficientemente agregativo para facilitar a formulação e a análise das políticas públicas.

A propósito das diretrizes orçamentárias, julgue o item que se segue.

- 61** O orçamento poderá destinar contribuições correntes a entidades privadas sem fins lucrativos, desde que estas atuem em parceria com a administração para a consecução de programas constantes do Plano Plurianual (PPA).

Com relação ao processo orçamentário, julgue os seguintes itens.

- 62** Entre os mais críticos ou céticos à integração entre planejamento e orçamento, destacam-se os que vêem no incrementalismo um grande obstáculo às recomposições e ao redimensionamento das dotações orçamentárias.
- 63** Na abertura de crédito extraordinário por medida provisória, somente serão admitidas emendas para acréscimo, não para inclusão de dotação, e que dependerão de cancelamento de dotação preexistente.

A propósito de métodos, técnicas e instrumentos do orçamento público, julgue o próximo item.

- 64** A definição clara e precisa dos objetivos é uma condição essencial para a adoção do orçamento-programa. O maior número de pacientes atendidos e a possibilidade de eles serem tratados nas comunidades em que já residem, por exemplo, não constituem propriamente o objetivo de um novo programa, mas a construção de novos postos de saúde, sim.

Com base nos conceitos e normas aplicáveis às receitas públicas, julgue os itens subseqüentes.

- 65** Do ponto de vista da captação, as receitas são consideradas próprias ou de transferências. Nesse sentido, é correto afirmar que quanto maiores forem a concentração da arrecadação tributária e a dispersão das atribuições governamentais, maiores serão as transferências de recursos entre os entes estatais.
- 66** Não existe nem deve existir perfeita correspondência entre as respectivas categorias de receitas e de despesas. No entanto, é recomendável que exista um saldo positivo entre receitas de capital e despesas de capital, para a formação de poupança que financie os novos investimentos.

Com base nos conceitos e normas aplicáveis às despesas públicas, julgue os itens que se seguem.

- 67** A estrutura dos dispêndios com saúde depende da forma utilizada para a prestação dos serviços. Quando os serviços são realizados preponderantemente por via direta, maior é a participação de despesas com vencimentos de pessoal e material de consumo, por exemplo; se, entretanto, esses serviços forem prestados indiretamente, contratados ou credenciados, maior será a participação de despesas com serviços de terceiros.
- 68** Quando um ente de determinada esfera efetua uma transferência para ente de outra esfera da administração, a classificação da respectiva despesa, baseada no critério de modalidade de aplicação, é satisfatória do ponto de vista da classificação econômica, pois permite associar essa transferência à contrapartida necessária em bens e serviços.

Com relação aos conceitos e normas aplicáveis a suprimentos de fundos, restos a pagar, despesas de exercícios anteriores e à conta única do Tesouro, julgue os itens a seguir.

- 69** O suprimento de fundos se diferencia de outras formas de execução da despesa, entre outras razões porque não permite o uso do cartão de pagamento do governo federal e porque o empenho é contabilizado em nome do órgão ou entidade a que pertence o responsável.
- 70** Os compromissos assumidos pelo chefe do Poder Executivo no último ano de mandato, no caso de serviços continuados, destinados à manutenção das atividades da administração, devem ter cobertura das disponibilidades de caixa pelo menos até o final do respectivo exercício.
- 71** Considere a seguinte situação hipotética.  
A administração reconheceu, em 2007, o direito à percepção de vantagem a servidores de determinado órgão, relativa a exercício anterior. Foi aprovado crédito especial em novembro de 2007, no valor total da obrigação, mas não houve tempo de empenhar e processar a totalidade da despesa até o final do exercício.  
Nessa situação, em 2008, é necessário solicitar a aprovação de novo crédito especial, para pagamento de despesas de exercícios anteriores, pela diferença remanescente.
- 72** A programação financeira mensal é fundamental para o adequado funcionamento da conta única, precisamente para viabilizar e, ao mesmo tempo, limitar os dispêndios de cada órgão e entidade integrantes do SIAFI, ordenando as prioridades e necessidades da administração.

Em relação à gestão financeira, julgue os itens de **73** a **95**.

- 73** A atividade financeira do Estado destina-se exclusivamente à obtenção de meios que assegurem a cobertura das despesas decorrentes da atuação das diversas instituições governamentais.
- 74** Quando um estado da Federação calcula o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações (ICMS) mediante a aplicação de uma única alíquota, isso se deve, entre outros fatores, à observância do princípio da equidade da tributação.

- 75** Sabe-se que todos os Poderes devem respeitar as metas fiscais relacionadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Se, no entanto, o comportamento da receita pública demonstrar que as metas não serão atingidas, deve-se proceder ao bloqueio parcial de uma série de despesas, que não incluem o pagamento do serviço da dívida.
- 76** Na contabilização de um lançamento referente à apropriação da despesa da folha de pagamentos, o imposto de renda retido na fonte deve ser lançado a crédito.
- 77** Na contabilidade pública, a perda ou o ganho decorrente da diferença entre o valor líquido contábil do bem imóvel e seu valor de mercado somente pode ser contabilizada na oportunidade da venda desse bem.
- 78** Na elaboração do balanço patrimonial, o valor do ativo real líquido deve ser equivalente ao do passivo real a descoberto.
- 79** Considerando que um órgão público tenha tomado um empréstimo em moeda estrangeira e se beneficiado de uma queda do preço da moeda contratada frente à moeda nacional, se, ao final do exercício financeiro, essa dívida ainda estiver pendente de pagamento, o reconhecimento da variação cambial deverá ser feito por meio de uma conta de variação ativa denominada insubsistência passiva.
- 80** No âmbito do sistema de controle interno do Poder Executivo federal, a auditoria é dita integrada quando realizada conjuntamente por servidores em exercício no órgão central e nos órgãos setoriais ou unidades regionais do sistema.
- 81** O teste-piloto em uma auditoria de natureza operacional destina-se a checar a estratégia metodológica proposta, as premissas iniciais acerca do funcionamento do objeto auditado e a qualidade e confiabilidade dos dados.
- 82** Ainda que a equipe de auditoria considere um fato irrelevante, deve relatá-lo entre os achados de auditoria, desde que haja evidências suficientes para fundamentá-lo, porque, em momento posterior, o fato pode-se tornar significativo.
- 83** Em geral, o princípio orçamentário do equilíbrio somente é respeitado por meio da realização de operações de crédito.
- 84** Segundo a Constituição Federal, a definição sobre o que deve acontecer na hipótese de o Congresso Nacional não votar a proposta de lei orçamentária anual até o final do exercício financeiro deve constar da LDO.
- 85** No primeiro ano do mandato presidencial, não há condições objetivas de compatibilizar a LDO com o PPA.
- 86** As superestimativas de receita na proposta orçamentária somente são possíveis porque a lei orçamentária anual tem o caráter autorizativo.
- 87** O objetivo do código de fontes de recursos é discriminar as verbas que serão utilizadas diretamente pelo governo federal daquelas que serão transferidas a outros entes da Federação.
- 88** Quando um cidadão paga o imposto sobre a renda em atraso, a parcela correspondente ao imposto é dita receita originária, enquanto a multa de mora e os juros sobre o atraso são considerados receita derivada.

- 89** Quando o Tribunal de Contas da União aplica multa sobre um administrador público em decisão final, o registro desse fato deve ser classificado, na contabilidade da administração pública, como receita corrente.
- 90** Caso a União tenha recebido recursos oriundos das receitas correntes e deseje transferir parcela do montante recebido para determinado município construir um posto de saúde, essa operação deve ser classificada, na contabilidade da União, como transferência de capital.
- 91** Embora o Regulamento de Contabilidade Pública somente reconheça como estágios da despesa pública o empenho, a liquidação e o pagamento, muitos especialistas da área defendem a necessidade de se considerarem, pelo menos, mais dois estágios antes do empenho: a programação (ou fixação) da despesa e a licitação.
- 92** Nas despesas realizadas por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal, o empenho na dotação específica deve ser feito contra apresentação da fatura do cartão.
- 93** Caso a administração pública assine contrato com um laboratório para o fornecimento de vacinas contra a paralisia infantil e, ao final do exercício, ainda não se saiba o número exato de crianças que serão vacinadas, tal despesa será inscrita em restos a pagar não-processados.
- 94** Se a administração pública reconhecer dívida correspondente a vários anos de diferenças em gratificações de servidores públicos em atividade, a despesa decorrente da decisão poderá ser paga na folha de pagamentos regular dos meses seguintes e não poderá ser classificada como despesa de exercícios anteriores.
- 95** Os valores depositados a título de caução para a garantia de um direito, por constituírem recursos que não pertencem ao patrimônio público, não podem ser depositados na Conta Única do Tesouro Nacional.

A teoria microeconômica analisa o comportamento dos grandes agregados econômicos. Acerca dessa teoria, julgue os itens que se seguem.

- 96** Em uma economia aberta, se a poupança for superior ao investimento, então, o *deficit* público é exatamente compensado pelo *superavit* na balança comercial.
- 97** Se a queda da confiança que grassa entre consumidores, decorrente da crise financeira internacional, elevar a poupança em detrimento do consumo, esse comportamento contribui para agravar a crise porque conduz à redução da demanda agregada e do emprego.
- 98** A redução do crédito disponível para a agricultura, por limitar o financiamento da safra agrícola, diminui a produção nesse setor provocando, assim, um deslocamento ao longo da curva de oferta agregada da economia brasileira.
- 99** Políticas monetárias restritivas, associadas a políticas fiscais expansionistas elevam a taxa de juros, a produção e o emprego.
- 100** A adoção de políticas fiscais, que reduzem os impostos sobre as aplicações financeiras no intuito de elevar as taxas de poupança da economia, é compatível com as hipóteses adotadas pelos modelos de crescimento endógeno.

A análise microeconômica estuda o comportamento individual dos agentes econômicos e, por essa razão, constitui um fundamento sólido à análise dos grandes agregados econômicos. A esse respeito, julgue os itens a seguir.

- 101** Supondo-se que os avanços da medicina conduzam à cura do câncer de pulmão, então, no mercado de cigarros, o aumento da demanda por esse produto deslocará a curva de demanda de cigarros, para cima e para a direita.
- 102** O aumento do número de medicamentos genéricos postos à disposição da população contribui para reduzir a elasticidade preço da demanda dos medicamentos equivalentes com marcas específicas.
- 103** O aumento do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) pago pelos hospitais privados aumenta o custo total desses estabelecimentos, porém, não altera a sua curva de custo marginal.
- 104** Contrariamente ao que ocorre no monopólio, as empresas que operam em mercados competitivos maximizam seus lucros, fixando a receita marginal abaixo do preço que prevalece no mercado.
- 105** Empresas oligopolistas, que produzem bens diferenciados que competem entre si, assim o fazem porque essa competição entre produtos da mesma empresa contribui para elevar as barreiras à entrada, no mercado em que essas firmas atuam.

Na economia globalizada, o estudo da economia e das finanças internacionais é fundamental para o entendimento das regras que norteiam as transações entre países. A esse respeito, julgue os itens subsequentes.

- 106** Um país detém vantagens comparativas tanto na produção de petróleo como na fabricação de automóveis se, para uma dada quantidade de insumos, ele é capaz de produzir uma quantidade maior desses dois bens do que os demais países.
- 107** A imposição de quotas de importações e tarifas sobre as importações nos Estados Unidos da América eleva os preços domésticos dos produtos importados, porém, não altera o preço desses bens no mercado mundial.
- 108** Se uma corretora estrangeira, aproveitando a crise atual do mercado acionário, compra ações de empresas brasileiras, então essa transação é registrada na conta de serviços da balança de transações correntes do balanço de pagamentos do Brasil.
- 109** O fato de que, no longo prazo, aumentos nas taxas de inflação doméstica tendem a depreciar a moeda nacional, é consistente com a teoria da Paridade do Poder de Compra (PPP).
- 110** Aumentos significantes na produtividade de determinado país tendem a apreciar a moeda nacional.

A análise da economia brasileira é fundamental para se entender a variada gama de experimentos econômicos pela qual passou o Brasil. A respeito desse tópico, julgue os itens a seguir.

- 111** No Brasil, a desvalorização real do câmbio constitui um dos mecanismos de proteção à indústria nacional no âmbito do processo de industrialização por substituição de importações.
- 112** As pressões de demanda, bem como o desequilíbrio das contas externas, listam-se entre os fatores que contribuíram para o fracasso do Plano Cruzado.
- 113** Os impactos da crise mexicana sobre a economia brasileira no período pós-real se traduziram não somente em aumentos das taxas de juros, mas também em uma forte depreciação do Real em 1995, o que eliminou a sobrevalorização do câmbio.
- 114** Entre as reformas econômicas implementadas nos anos do governo Fernando Henrique Cardoso, a renegociação das dívidas estaduais, cuja contrapartida exigiu a colateralização das receitas futuras de transferências constitucionais, fracassou visto que os passivos estaduais não pararam de crescer a taxas elevadas, mesmo após essa renegociação.
- 115** A combinação de políticas fiscais e monetárias restritivas, associadas à abundância de liquidez no mercado internacional, concorreu para manter a inflação sob controle, no período 2003-2004.

Com relação à economia da saúde, julgue os itens subsequentes.

- 116** O significativo declínio nas taxas de mortalidade infantil ao longo do século XX decorreu, sobretudo, dos avanços substanciais da medicina curativa durante esse período.
- 117** A provisão pública de tratamento de doenças epidêmicas como a AIDS e o cólera justifica-se pelo fato de essas doenças apresentarem características de bens públicos puros.
- 118** Suponha que, para determinada especialidade, os pacientes procurem médicos cujas consultas sejam mais baratas. Então, esse fato contradiz a existência de uma curva de demanda para os serviços de um médico específico.
- 119** Nos últimos anos, as taxas crescentes de partos cesarianos em alguns países de América Latina — apesar de esses partos elevarem os riscos para a saúde das mães e bebês e os custos de cuidados médicos, em relação aos partos normais — são compatíveis com a hipótese de demanda induzida pela oferta, nos mercados de serviços de saúde.
- 120** A existência de risco moral (*moral hazard*) nos mercados de seguros de saúde faz com que as coberturas sejam mais elevadas para os serviços de saúde, cuja demanda é bastante elástica em relação ao preço.

